

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Oddone antecipa fim da gestão na ANP	2
Título: Sob juro mais baixo e reformas, país crescerá 2,5% este ano, prevê Órama	3
Título: Bolsonaro desiste de dar subsídio à luz de igrejas.....	5
Título: Usinas solares contratadas em leilão já somam investimentos de R\$ 9,5 bi	7
Título: Destaques	8
Título: Órigo investe em meio a debate sobre geração solar.....	10
Título: Vale suspende operação de mina da Ferrous.....	11
Título: Petrobras encerra presença de quatro décadas na África	12
Título: Petrobras dá partida em nova oferta da BR Distribuidora	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	16
Título: Diretor-geral da ANP vai deixar o cargo	16
Título: Além da pressão de Guedes, pesaram críticas de apoiadores	17
Título: Bolsonaro desiste de subsídio a igrejas	18
Título: Tragédias anunciadas	20
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	22
Título: Diretor-geral da ANP, a agência do petróleo, renuncia ao cargo	22
Título: Projeto prevê isenção permanente para quem já tem energia solar	23
Título: Bolsonaro desiste de subsidiar conta de luz de igreja	25
Título: Brasil, enfim, inaugura nova base na Antártida	26
VEÍCULO: O Globo	28
Título: Diretor-geral da ANP pede em carta para deixar cargo	28
Título: O Brasil e as crises do petróleo	29

Título: Bolsonaro diz que conta de luz de igreja não terá subsídio	30
Título: Com a faca e o queijo	32
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	32
Título: Mesmo sem subsídio, evangélicos negam mal-estar	32
Título: Bolsonaro: Não haverá taxaço da energia solar	35
Título: Combustível pode ter venda direta	36
Título: Taxar o Sol ou os mais pobres?	37

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/01/2020

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Oddone antecipa fim da gestão na ANP

Diretor-geral fica no cargo até indicação de substituto; mandato deveria ir até dezembro

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, comunicou ontem a antecipação do fim de seu mandato, que se encerraria em dezembro. Ele permanecerá no cargo até a aprovação de um substituto.

Em carta enviada ao presidente Jair Bolsonaro e ao **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, Oddone afirma que já cumpriu a sua missão à frente do órgão regulador.

“O processo de grandes mudanças no setor, do qual participei com afinco, encerrou-se com os últimos leilões e a identificação das ações necessárias para eliminar as restrições regulatórias e estimular a competição nos setores de abastecimento, de distribuição e revenda de combustíveis automotivos e de aviação, de gás de cozinha e de gás natural. Com isso, cumpri a missão assumida

em 2016: contribuir com honestidade, transparência e espírito público para o desenvolvimento da maior transformação já produzida no setor de petróleo e gás no Brasil”, diz o texto.

Oddone destaca que “uma nova fase se inicia” na regulação do setor e que acredita que este é o momento propício para definição de uma nova diretoria.

“Como o tempo dos mandatos nem sempre casa com os ciclos de mudança, acredito que seja hora de iniciar o processo de composição da diretoria colegiada que deverá aprovar as alterações regulatórias que vão sustentar as transformações que começamos a construir. Diferentes desafios demandam profissionais com características distintas”, disse, na nota.

Ele lembra que em 2019, quando se iniciou o governo Bolsonaro, não houve alterações na composição da diretoria colegiada da ANP, mas que três novos diretores deverão ser nomeados em 2020.

“Assim, decidi antecipar o fim do meu mandato, que iria até dezembro, permanecendo ainda no cargo o tempo suficiente para a aprovação do meu substituto. Dessa forma a primeira posição a ser indicada passa a ser a de diretor-geral”, disse.

Oddone destacou o que considera ser os principais avanços na regulação do setor desde 2016, quando assumiu o seu mandato, como a execução do calendário plurianual de leilões; a oferta permanente; regulamentação do biometano; a transparência na divulgação dos preços da gasolina e do diesel; a regulação da qualidade da gasolina; a transparência das reuniões de diretoria, que passaram a ser transmitidas ao vivo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/01/2020

Seção: Brasil

Autor: Gustavo Ferreira — De São Paulo

Título: Sob juro mais baixo e reformas, país crescerá 2,5% este ano, prevê Órama

Os dois anos anteriores começaram como este, prometendo marcar a retomada do crescimento mais forte da economia brasileira. Como se sabe, isso não aconteceu. Mas para Alexandre Espirito Santo, economista da Órama, este filme não se repetirá pela terceira vez em 2020. Avanço de reformas e o cenário de juros baixos devem garantir, na opinião dele, um ano sem previsões frustradas.

Em suas recém-lançadas projeções para a economia brasileira, a plataforma de investimentos Órama projeta avanço do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,5% neste ano, sob expectativa de sucesso das reformas no Congresso e da manutenção dos juros baixos. A previsão é um pouco mais otimista que a mediana do mais recente boletim Focus, do Banco Central: 2,3%.

Para Espírito Santo, após a aprovação da reforma da Previdência, a confiança de empresários e investidores está de volta. “A reforma não é última bolacha do pacote, é verdade, mas uma poupança de quase R\$ 1 trilhão em dez anos não é nada desprezível.”

O economista entende que, com o processo de reformas em curso, incluindo as administrativa e tributária, a retomada do ímpeto da atividade será uma consequência natural em 2020.

“Estamos vendo uma série de notícias de empresas sinalizando novos investimentos”, explica. “Já fizeram isso lá atrás, mas fizeram quando a gente ainda tinha muita dúvida no ar.”

Além da confiança em alta, o professor do Ibmecc-RJ e colunista do **Valor Investe** destaca ainda que o custo de oportunidade de investir no setor produtivo, agora, está mais interessante que nos dois últimos anos - em que a Selic, é bom destacar, já estava em patamares historicamente baixos. “Antes, para fazer uma nova fábrica no Brasil, um empresário tinha de abrir mão de títulos públicos rendendo na casa dos dois dígitos”, diz. “Agora, abre-se mão de juro real praticamente zero.”

Recentemente, o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, apontou o saneamento básico, que hoje atende a apenas metade dos brasileiros, como o “novo pré-sal”. Espírito Santo diz que “não faria uma hipérbole tão grande”, mas que concorda que esse será um dos motores principais do crescimento brasileiro daqui em diante. “A infraestrutura será, com a taxa de juros baixa, a grande força motriz da recuperação”, diz. “Soma-se ao mercado imobiliário aquecido, com muito emprego direto e indireto podendo ser gerado.”

Além disso, segundo ele, o fim do represamento de capital pelo qual o Brasil passou nos últimos anos deve impactar o mercado de ações brasileiros com força. “Muito provavelmente, vamos ver neste ano uma grande onda de abertura de capital de empresas na bolsa [IPO, na sigla em inglês]”, diz. Espírito Santo cita ainda o resgate do mercado de capitais brasileiro em 2019, que teria

sido “dizimado” nos últimos anos. “Isso vai ajudar muito na expansão da produção e do PIB”, diz o especialista.

Para que as estimativas otimistas de Espírito Santo se concretizem, as reformas precisam continuar caminhando. O que, diz o economista, tem a favor de si o entendimento da classe política. “O Congresso percebeu que as reformas são imperativas”, afirma o executivo da Órama. “Não adianta você carregar o governo que está no poder sem fazer o precisa ser feito, isso não funciona”, completou.

A série de ruídos e polêmicas nas quais o Planalto se envolve pode atrapalhar a efetivação desses prognósticos, reconhece o economista. Mas ele sustenta que congressistas demonstraram certo amadurecimento na atual legislatura e fizeram marchar mudanças estruturais importantes, apesar de tudo.

Além da reforma da Previdência, Espírito Santo aponta para a MP da Liberdade Econômica como uma demonstração dada no ano passado de que algo mudou, para positivo, entre os representantes eleitos do Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/01/2020

Seção: Política

Autor: Matheus Schuch — De Brasília

Título: Bolsonaro desiste de dar subsídio à luz de igrejas

A despeito de sua proximidade com a bancada evangélica, o presidente Jair Bolsonaro voltou atrás na ideia de conceder subsídios de energia elétrica a templos religiosos. O assunto gerou divergências junto à equipe econômica, que defende a redução de gastos da União com esse tipo de benefício. Ontem, depois de se reunir com o presidente da bancada evangélica, deputado Silas Câmara (Podemos-AM), e o pastor R. R. Soares, Bolsonaro decidiu suspender as tratativas.

“Não tem negociação neste sentido, esta é uma decisão minha”, afirmou Bolsonaro. “O impacto seria mínimo na ponta da linha, mas a política da Economia é não ter mais incentivos”.

A pedido do presidente, o **Ministério de Minas e Energia** chegou a elaborar a minuta de um decreto sobre o tema. Bolsonaro relativizou a situação, disse que pede pareceres a diferentes ministérios para embasar suas decisões. Admitiu que neste caso, porém, o benefício às igrejas significaria prejuízo a outros consumidores.

“Na outra ponta da linha, quando se fala em subsídio, alguém vai pagar a conta”, declarou o presidente.

Mais cedo, em outra entrevista em Brasília, Bolsonaro disse que o Brasil é “o país dos subsídios” e que é necessário rever o quadro.

Ainda assim, decidiu que irá restituir a alíquota do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) para o setor de concentrados de refrigerantes na Zona Franca de Manaus (ZFM). A medida beneficia indústrias instaladas na região, pois aumenta o valor de créditos tributários.

“Houve um mal entendido no ano passado, já conversei com o Paulo Guedes, a gente vai passar, se não me engano, de 10% para 8% agora, até chegar a 4%, em dois ou três anos”, explicou.

A mudança deverá ser oficializada em um decreto assinado por Bolsonaro, ainda sem data definida. A polêmica sobre o setor começou em 2018, quando o então presidente Michel Temer reduziu de 20% para 4% a alíquota. Diante da pressão da indústria, ele retomou os incentivos parcialmente. Agora, caso não haja novo decreto de Bolsonaro, a alíquota retornará a 4%.

Na esteira de outra discussão sobre incentivos, ele citou o caso da taxa de energia solar para falar sobre o papel das agências reguladoras. Ao mesmo tempo em que defendeu dirigentes com perfil técnico, disse que as agências não são “soberanas” e precisam atender aos interesses do povo.

“Tiramos da penumbra a Aneel, tem muita gente boa lá dentro, mas as decisões muitas vezes não são as que interessam ao povo brasileiro”, opinou. “As agências são importantes, são autônomas, mas não são soberanas.”

Incomodado com o lobby do setor, Bolsonaro interferiu nas discussões da Aneel e ameaçou de demissão quem levantasse discussões sobre o fim de subsídios para painéis solares.

Ainda sobre as agências, Bolsonaro defendeu mais agilidade em análises da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), citando como exemplo a fosfoetanolamina sintética, conhecida como a “pílula do câncer”. A lei que liberou o medicamento foi assinada por Bolsonaro enquanto ele era deputado. O texto chegou a ser sancionado pela então presidente Dilma Rousseff, mas foi suspenso por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Bolsonaro comentou ainda a informação de que os Estados Unidos apoiam a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Para o presidente, o país está adiantado no cumprimento de requisitos exigidos para o ingresso, mas não quis estabelecer prazos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/01/2020****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Usinas solares contratadas em leilão já somam investimentos de R\$ 9,5 bi**

Enquanto o segmento de geração de energia solar de pequeno e médio porte voltada para consumidores finais aguarda uma definição da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Congresso sobre as novas regras, a indústria de grandes usinas solares está em ascensão. Levantamento feito pela Greener, empresa de pesquisa e consultoria especializada no setor, indica que deverão ser investidos R\$ 9,5 bilhões até 2025 em empreendimentos solar de grande porte já contratados em leilões de energia realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Até o ano passado, foram investidos R\$ 10,6 bilhões em projetos do tipo no Brasil.

De acordo com o estudo, lançado nesta semana, até o fim do ano passado, um total de 4,4 gigawatts (GW) de projetos solares foram contratados no Brasil, por meio dos leilões. Desse total, 2,2 GW estão em operação, 1 GW estão em fase de construção e 1,1 GW ainda não tiveram as obras iniciadas.

Nesta semana, a Enel Green Power (EGP), braço de geração de energia renovável do grupo italiano Enel, divulgou o início de operação de seu maior projeto de geração de energia solar no Brasil, de 475 MW de capacidade instalada. O empreendimento, localizado em São Gonçalo do Gurguéia, no Piauí, consumiu investimentos de R\$ 1,4 bilhão.

Outro levantamento, feito pela Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), indica que a Bahia lidera o total de usinas solares de grande porte, com quase 780 megawatts (MW) em operação. Minas Gerais aparece em segundo lugar, com 524 MW em operação, seguido por São Paulo, com 376 MW instalados.

Considerando também a potência já contratada mas que ainda não entrou em operação, a distribuição entre os Estados muda de figura. O Piauí passa a liderar o ranking com 1.147,4 MW, dos quais 270 MW em operação, seguido pelo Ceará, com 830 MW, sendo 137 MW em operação.

Nos dois leilões de energia nova realizados em 2019 foram contratados 733,7 MW de 17 projetos de geração solar. A razão para o desempenho é a queda contínua dos preços da tecnologia. Nos dois certames, a fonte solar foi a mais

barata: R\$ 67,48 por megawatt-hora (MWh), no leilão A-4 (com início de fornecimento em 2023) e R\$ 84,39/MWh, no leilão A-6 (com início de suprimento em 2025).

O estudo da Greener também destaca um potencial de crescimento da fonte solar no mercado livre de energia superior ao desenvolvimento em andamento no mercado regulado. De acordo com o levantamento, um total de 3,2 GW de projetos solares destinados exclusivamente ao mercado livre de energia estão aptos para serem desenvolvidos. Esses projetos já possuem outorga concedida pela Aneel, mas não têm contrato no mercado regulado.

“O grande vetor de crescimento da indústria solar será o mercado livre, que está em processo de abertura”, afirma Marcio Takata, diretor da Greener. “A solar passou a ser fonte importante para o crescimento do mercado livre. Os consumidores de diferentes perfis estão cada vez mais abrindo os olhos para a fonte solar”.

Do total mapeado pela Greener, mais de um terço (1,2 GW) estão em Minas Gerais. Em segundo lugar está a Bahia, com 477 MW, seguida por Ceará, com 433 MW.

Segundo Takata, com a forte concorrência nos leilões de energia, devido à oferta abundante e à demanda relativamente pequena, os empreendedores são agressivos na redução de preço para arrematar contratos. Já no mercado livre os investidores conseguem praticar preços um pouco mais elevados, porém ainda competitivos.

O diretor lembrou que, em alguns casos, os empreendedores negociam parte da energia do parque nos leilões, a um preço mais baixo, para assegurar o ponto de conexão da usina com o sistema nacional. E o restante da energia é negociado no mercado livre, a um preço maior que possibilita a rentabilidade ideal do projeto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/01/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petrobras vende ativos

A Petrobras informou ontem o início da etapa de divulgação da oportunidade (“teaser”) referente à venda da totalidade de sua participação em dois

conjuntos de concessões marítimas em águas profundas no pós-sal, denominados Polo Golfinho e Polo Camarupim, localizados na Bacia do Espírito Santo. O Polo Golfinho compreende os campos de Golfinho, produtor de óleo, e Canapu, produtor de gás não associado, e o bloco exploratório BM-ES-23. A produção total média dos campos entre 2018 e 2019 foi de 15 mil barris de petróleo por dia (bpd) de óleo e 750 mil metros cúbicos ao dia de gás. O Polo Camarupim compreende os campos unitizados de Camarupim e Camarupim Norte, ambos produtores de gás não associado. A Petrobras tem 100% de participação nas concessões dos Polos Golfinho e Camarupim, com exceção do bloco exploratório BM-ES-23, em que possui participação majoritária de 65%. A Petrobras é a operadora em todas as concessões.

Nexa atinge metas

A Nexa Resources, do grupo Votorantim, informou ter atingido as metas para produção estabelecida para 2019 e anunciou os objetivos para o período de 2020 a 2022. Ela pretende investir US\$ 410 milhões neste ano, sendo US\$ 220 milhões no projeto de Aripuanã (MT). Segundo a companhia, a produção de zinco atingiu 361 mil toneladas, dentro da faixa estimada para o ano, de 360 mil a 380 mil toneladas. A produção de cobre somou 38 mil toneladas em 2019, atingindo a ponta alta da faixa de produção. A empresa também produziu 51 mil toneladas de chumbo, enquanto a previsão era de que ficasse entre 50 mil e 55 mil toneladas. O volume de produção de prata foi de 8,9 milhões de toneladas, dentro do intervalo de projeções, que variava de 8,4 milhões e 9 milhões de toneladas. As vendas de produtos fundidos somou 621 mil toneladas, dentro das estimativas, que variavam de 610 mil toneladas a 630 mil toneladas.

Prejuízo da Alcoa

A produtora de alumínio Alcoa reportou outra perda trimestral ontem. A empresa teve prejuízo de US\$ 303 milhões no quarto trimestre de 2019. No mesmo período de 2018, a empresa havia lucrado US\$ 51 milhões. A Alcoa registrou perdas em cinco dos últimos seis trimestres, de acordo com dados da FactSet. A empresa sofreu em 2019 com o crescimento econômico mais lento no mundo e com a guerra comercial entre Estados Unidos e China. As vendas caíram 27% em relação ao ano anterior, para US\$ 2,44 bilhões, abaixo dos US\$ 2,48 bilhões previstos pelos analistas.

Ações da Saudi Aramco

O Morgan Stanley deu à Saudi Aramco uma classificação de “abaixo da média” da categoria, enquanto a maioria dos bancos de Wall Street que assessoraram

sua oferta pública inicial não chegaram a recomendar que os investidores comprassem ações em sua primeira pesquisa publicada sobre a empresa estatal de petróleo. Analistas do Goldman Sachs, Citigroup e Bank of America Merrill Lynch, entre os nove bancos que deram consultoria sobre a oferta pública inicial recorde, iniciaram sua pesquisa com uma classificação “neutra” para as ações, o que dá a entender que eles esperam que essas ações não se saiam melhor do que as das rivais do setor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/01/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Órigo investe em meio a debate sobre geração solar

Em meio às discussões sobre uma nova regulamentação para a geração distribuída (GD) de energia, a Órigo, uma das principais empresas desse segmento, está ampliando operações. A empresa, que tem os japoneses da Mitsui entre seus investidores, começará a atuar em um novo Estado e em um novo segmento: terá uma usina de biogás em Pernambuco. Hoje, a Órigo opera fazendas solares em Minas Gerais, onde também pretende investir em suas operações em 2020. Mas esse aporte em Minas, previsto em R\$ 200 milhões, está condicionado a um desfecho que a empresa avaliaria como “favorável” da revisão das normas para a GD.

A entrada da Órigo em Pernambuco acontecerá através de uma parceria com a ENC Energy, especializada na geração de energia a partir do biogás de aterros sanitários. Pelo acordo entre as empresas, a ENC fez o investimento nos ativos: foram R\$ 40 milhões em duas usinas de geração distribuída de biogás no Estado nordestino e outras duas em Minas Gerais, cada uma com capacidade de geração de 1 megawatt (MW). Já a Órigo ficará responsável pela gestão dos consumidores, cuidando de questões como atendimento, gestão das contas de luz e interface com a distribuidora.

A empresa já captou 300 clientes para os empreendimentos de biogás em Pernambuco, e espera fechar o primeiro semestre com mil clientes no Estado. “Também temos planos de lançar fazendas solares por lá até o fim do ano”, contou ao **Valor** o presidente da Órigo, Surya Mendonça.

Fundada em 2010, a Órigo Energia foi uma das primeiras empresas a investir em geração distribuída solar no país. Começou desenvolvendo projetos de GD solar para terceiros e com a tradicional instalação de painéis solares fotovoltaicos em telhados de residências, estabelecimentos comerciais e indústrias. Hoje, os negócios estão focados nas fazendas solares: a Órigo constrói esses

empreendimentos e oferece o aluguel de “lotes” de placas fotovoltaicas para consumidores de pequeno e médio porte. No caso do biogás, a empresa alugará cotas das usinas.

A companhia possui atualmente nove fazendas solares em Minas Gerais, sendo que cinco delas já estão conectadas com a rede de distribuição local. Em número de clientes, são cerca de 3 mil pequenas e médias empresas atendidas. Com as duas usinas de biogás junto com a ENC, a expectativa é captar, até junho, outros mil clientes no Estado.

A expansão dos negócios acontece em meio ao acalorado debate sobre a revisão das regras para projetos de GD no país. O ponto central do embate, que mobilizou até mesmo o presidente Jair Bolsonaro, é o pagamento do uso da rede de distribuição pelos micro e minigeradores distribuídos, hoje isentos da cobrança. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) traçou alguns cenários de pagamento da “Tusd” (tarifa de uso do sistema de distribuição) que desagradaram os empreendedores de GD. Em oposição, outros agentes do setor elétrico defendem fortemente a revisão dos descontos dados ao segmento, alegando que eles beneficiam um universo pequeno de consumidores mas pesam sobre todo o mercado cativo.

A Órigo entende que os projetos já existentes e as novas incursões deste ano estariam “salvos” das novas regras, que podem se tornar mais duras. Inicialmente, a Aneel propôs que, para projetos de GD já instalados, as novas regras só passariam a valer daqui 10 anos, em 2030. Mas, mais recentemente, a agência tem sinalizado uma flexibilização do prazo de transição para até 25 anos.

Caso as regras permaneçam em termos considerados “justos”, a Órigo Energia pretende investir R\$ 200 milhões para aumentar as fazendas solares em Minas Gerais até o fim de 2020. “O Brasil precisa ter mais investimentos, e isso requer previsibilidade. Não dá para termos um ‘cavalo de pau’ agora”, diz Rodolfo Molinari, diretor da Órigo e presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/01/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Vale suspende operação de mina da Ferrous

Falta de estabilidade da pilha de rejeito foi o motivo para a parada da mina Esperança, em Brumadinho (MG)

A Vale suspendeu a operação da Mina Esperança, em Brumadinho (Minas Gerais), que era da Ferrous, por falta de estabilidade da pilha de estéril e rejeito. A unidade está parada desde novembro, apurou o **Valor**.

Em nota, a Vale informou que as obras para elevação da segurança da pilha estão em andamento. “A Vale tomou a decisão de paralisar as operações da pilha de estéril e rejeito da Mina Esperança logo após assumir o controle do grupo Ferrous. Atualmente, a circulação de empregados na unidade foi reduzida e está restrita àqueles envolvidos nestas obras.”

A expectativa é que os funcionários retornem à mina somente em dezembro deste ano, apurou o **Valor**. Haverá uma reunião com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Extrativista de Ferro e Metais Básico (Metalbase), unidade Brumadinho, no início de fevereiro para informar quais as medidas que devem ser tomadas para preservar os empregos dos cerca de 100 funcionários da unidade, apurou o **Valor**.

A previsão da Vale é que as obras terminem no segundo semestre de 2020 e com isso, a operação da mina seja retomada. Essa unidade produz por ano cerca de 1 milhão de tonelada.

A Vale comprou o grupo Ferrous no início de agosto por US\$ 550 milhões. Em comunicado enviado ao mercado na época, a companhia informou que com a aquisição da Ferrous aumentaria em 4 milhões de toneladas por ano a produção de produtos finos de minério de ferro a custos competitivos.

“A conclusão dessa aquisição está alinhada com a estratégia da Vale de maximização do ‘flight-to-quality’ no negócio de minério de ferro”, destacou a Vale em comunicado na época.

A mina Esperança está localizada próxima à mina Córrego do Feijão, cuja barragem de rejeito se rompeu em 25 de janeiro do ano passado, um desastre que deixou quase 300 mortos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/01/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Petrobras encerra presença de quatro décadas na África

Ao concluir a venda da PetroÁfrica, por US\$ 1,45 bilhão, a Petrobras encerrou um ciclo de quatro décadas em território africano. Ao longo desse tempo, a

estatal passou por dez países africanos diferentes, na maioria deles sem sucesso, numa trajetória que acompanhou por vezes o movimento da política internacional do governo brasileiro, demandou investimentos bilionários e foi parar, nos últimos anos, nas investigações da Operação Lava-Jato. Após sair do continente, a petroleira volta a sua atenção agora, no âmbito internacional, para a venda de ativos na América do Sul. Argentina, Bolívia e Uruguai são alguns dos alvos do programa de desinvestimentos da empresa.

Com a venda da PetroÁfrica, a Petrobras se desfaz de uma produção de 34 mil barris diários de petróleo. O volume é oriundo dos ativos da empresa na Nigéria e representa cerca de 1,5% da meta de produção da estatal para 2020.

O primeiro destino da petroleira brasileira na África foi Angola, em 1979, ainda durante o regime militar

O negócio representa mais um passo da estatal na estratégia de redução de sua presença no mercado internacional. Desde 2015, em resposta a sua crise financeira, a estatal já fez oito desinvestimentos no exterior, no valor de US\$ 5,2 bilhões.

A petroleira saiu de países como Chile, Paraguai, Japão e Nigéria, mas ainda mantém uma base de ativos nas Américas, incluindo redes de distribuição de combustíveis no Uruguai e Colômbia e alguns ativos de exploração e produção de petróleo e gás natural na Bolívia, Estados Unidos, Argentina e Colômbia.

O próximo país a sair da base de ativos da Petrobras promete ser o Uruguai. A companhia já abriu o processo de venda de seus ativos de distribuição de combustíveis no país e fechou um acordo com o governo local para devolver as concessões de gás canalizado.

Na Argentina, a empresa caminha para se desfazer da MEGA, ativo de separação de gás natural. A Petrobras, contudo, ainda mantém uma fatia de 33,6% no ativo de exploração e produção de gás não convencional do Rio Neuquén.

Com a venda da PetroÁfrica, a produção internacional da estatal virá a partir de agora basicamente da Bolívia e do Golfo do México, nos EUA. O futuro da empresa no país vizinho, porém, é incerto. Isso porque a venda de ativos na Bolívia entrou no horizonte do plano de negócios 2020-2024. Foi a primeira vez que a diretoria da estatal mencionou abertamente a inclusão dos ativos bolivianos no seu programa de desinvestimentos. A empresa não deu maiores

detalhes sobre o negócio. No país andino, a petroleira detém fatia de 11% na GTB, proprietária da parte boliviana do gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), e contratos de produção nos campos de San Alberto e San Antonio.

Nesse contexto de venda de ativos, a Petrobras já se desfez, nos últimos cinco anos, de boa parte de sua carteira global construída ao longo das décadas passadas. As operações na África, por exemplo, remontam ao fim dos anos 1970, ainda no regime militar. O primeiro destino da petroleira brasileira foi Angola, em 1979, num contexto de uma década marcada pela independência do país africano e pelo segundo choque do petróleo - que estimulou as petroleiras internacionais a buscarem diversificar suas reservas.

O segundo passo de “africanização” da Petrobras só correu duas décadas depois, em 1998, já no governo Fernando Henrique Cardoso, quando a estatal brasileira entrou na Nigéria - país onde ela teve o seu maior sucesso no continente. Toda a produção da PetroÁfrica, nos anos mais recentes, vinha exclusivamente daquele país.

A internacionalização da Petrobras na década de 1990 ocorre num outro contexto de seus negócios, quando ela ainda não havia descoberto os grandes recursos do pré-sal. Sem expectativas de contar com suficientes reservas de óleo e gás no Brasil, a empresa saiu em busca de alternativas na África e Bolívia, por exemplo.

Foi nos anos 2000, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, porém, que a presença da petroleira no continente africano se acentuou. Presente até então na Nigéria e Angola, a Petrobras entrou na atividade de exploração de óleo e gás na Tanzânia (2004), Líbia (2005), Moçambique (2006), Guiné Equatorial (2006), Senegal (2007) e Namíbia (2009). Essa expansão, embora em menor medida, continuou no governo Dilma Rousseff, quando a empresa entrou no Gabão (2011) e Benin (2011). A exceção de Angola e Nigéria, a Petrobras jamais produziu nos demais países.

A expansão da Petrobras na África, nesse período, acompanhou os passos da política externa do governo Lula, que diversificou as relações internacionais do Brasil e pregava a cooperação Sul-Sul. O foco da Petrobras era nas atividades de exploração e produção de óleo e gás, mas em Moçambique a parceria também incluía os biocombustíveis.

Já no início dos anos 2010, com o pré-sal no centro do seu plano de negócios, a África começou a sair, aos poucos, do radar da estatal. Foi nesse contexto que,

em 2013, a Petrobras formou uma joint venture (50%/50%) com o BTG, para investir, junto com um parceiro, e não mais sozinha, no desenvolvimento de um novo campo na Nigéria, que exigiria US\$ 3 bilhões.

Sete anos depois, o negócio se encerra. Não sem parar, antes, nos relatórios da Lava-Jato. Uma das linhas de investigação de uma das fases da operação, desencadeada em 2019, aponta para possíveis ilícitos envolvendo a formação da joint venture com o BTG. A partir de análise de documentos apreendidos, foram identificados indícios de que o banco comprou em 2013 a sua parcela de 50% nos ativos da Petrobras na África por um valor “substancialmente inferior àquele que havia sido avaliado por instituições financeiras de renome no início do processo de venda”, segundo o Ministério Público Federal (MPF). De acordo com os investigadores, o preço dos ativos havia sido avaliado entre US\$ 5,6 bilhões e US\$ 8,4 bilhões.

O montante tomado como referência pelo MPF havia sido estimado por bancos em processo de potencial oferta pública inicial (IPO) da empresa na África e considerava premissas diferentes daquelas consideradas pelo BTG. Ao fim, a venda dos 50% da Petrobras na PetroÁfrica para a Petrovida foi concluída por praticamente o mesmo valor nominal que o BTG pegou à estatal, em 2013 - embora num cenário diferente de preços do barril do petróleo (que na ocasião superavam os US\$ 100) e parte das reservas já consumidas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/01/2020

Seção: Finanças

Autor: Maria Luíza Filgueiras — De São Paulo

Título: Petrobras dá partida em nova oferta da BR Distribuidora

Estatul selecionou bancos coordenadores na quarta-feira à noite e oferta será feita em fevereiro

Foi dada a partida na oferta subsequente de ações (follow-on) da BR Distribuidora, para venda adicional de ações detidas pela Petrobras. A oferta acontecerá em fevereiro e os bancos que coordenarão a operação foram escolhidos ontem à noite pela acionista vendedora - até o fechamento desta edição, ainda estavam sendo comunicados e assinando os contratos com a estatal.

A Petrobras vendeu parte de suas ações na BR no ano passado, perdendo a posição de controle, mas permaneceu com uma fatia de 37,5%. Essa

participação atualmente vale cerca de R\$ 12,4 bilhões. Desde a primeira oferta em julho passado, os papéis da distribuidora tiveram valorização de 16%. O dia de precificação da nova oferta em fevereiro ainda será definido.

O follow-on de ações da própria Petrobras, para venda de ações detidas pelo BNDES, também já está na rua, para sair no mês que vem. Essa operação tem montante de R\$ 23 bilhões. A precificação está prevista para o dia 4 de fevereiro, quando será definido também o preço das ações da oferta inicial (IPO) da empresa de tecnologia Locaweb.

Ontem, a Locaweb estabeleceu a faixa indicativa de R\$ 14,25 a R\$ 17,25 por ação. Considerando a faixa média do preço, a oferta deve movimentar R\$ 943,9 milhões. A oferta será primária e secundária. Com os recursos obtidos na tranche primária, a Locaweb pretende financiar a compra de empresas, realizar o pré-pagamento de empréstimos e reforçar o capital de giro. Os bancos coordenadores da oferta são Itaú BBA, Goldman Sachs, Morgan Stanley e XP Investimentos.

Um dia antes, em 3 de fevereiro, está agendada a precificação do IPO da incorporadora Mitre Realty. A faixa indicativa da oferta é de R\$ 14,30 a R\$ 19,30 por ação. A oferta base é primária e, considerando o preço médio da faixa, pode levantar R\$ 763,6 milhões. A Mitre pretende utilizar o capital para comprar terrenos e cobrir custos de construção. O lote adicional tem tranche secundária também. Os bancos BTG Pactual, Bradesco BBI e Itaú BBA são os coordenadores da oferta.

Nos próximos dias, a incorporadora Moura Dubeux, que já fez seu pedido de registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), também vai definir sua faixa indicativa de preço por ação no IPO - previsto também para o início de fevereiro, conforme uma fonte. **(Colaboraram Rita Azevedo e Raquel Brandão)**

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/01/2020

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Diretor-geral da ANP vai deixar o cargo

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Décio Oddone, entregou carta ao presidente Jair Bolsonaro e ao **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, informando que vai deixar o cargo antecipadamente. O seu mandato se encerraria em dezembro deste ano. Mas ele vai permanecer apenas até o nome do seu substituto ser aprovado.

“Nunca pertenci a qualquer grupo ou contei com padrinho político. E sempre acreditei que um cargo público só deve ser exercido enquanto a missão a ele associada esteja por ser cumprida”, afirma Oddone na carta. Em seguida diz ter cumprido “a missão assumida em 2016: contribuir com honestidade, transparência e espírito público para o desenvolvimento da maior transformação já produzida no setor de petróleo e gás no Brasil.”

Ele lembra que a composição da diretoria colegiada da ANP em 2019 não foi alterada e que três novos diretores devem ser nomeados neste ano. “Dessa forma a primeira posição a ser indicada passa a ser a de diretor-geral”, complementou. Segundo Oddone, a ANP está iniciando nova fase, o que vai exigir o ajuste da regulação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/01/2020

Seção: Política

Autor: Adriana Fernandes

Título: Além da pressão de Guedes, pesaram críticas de apoiadores

Antes de convencer o presidente Jair Bolsonaro a recuar da proposta de subsidiar a conta de luz de templos religiosos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, pediu paciência à equipe de secretários e assessores. A adoção da medida, mesmo sem custo direto para os cofres do Tesouro, caminhava na direção contrária à política liberal traçada pelo ministro. Uma derrota nessa seara de concessão de privilégios para setores aliados abriria uma porteira para novas pressões ao longo do ano para benefícios específicos. Esse é um risco que está no radar da equipe econômica. Um cenário não muito diferente do que tem ocorrido nos últimos governos e que o próprio Guedes prometeu estancar. O bom senso prevaleceu.

Além da pressão de Guedes, pesou na decisão do presidente a onda de críticas à medida que pode ser observada entre os seus próprios apoiadores. Basta uma olhadinha mais atenta nas redes sociais do presidente. A equipe de Guedes já foi avisada que o presidente também deverá voltar atrás da decisão de não taxar a geração de energia solar. Ontem, o presidente manteve o discurso de que a taxação do sol não acontecerá. No entanto, ficou acertado que a solução de diminuição gradual dos subsídios cruzados (aqueles que um grupo de consumidores pagam por outros na tarifa), proposta pela Aneel, será enviada via projeto de lei ao Congresso. Os consumidores agradecem.

O ministro Guedes está plenamente convencido de que conseguiu mostrar para o presidente o erro de prosseguir com esse discurso e que o subsídio, na prática, vai recair sobre os mais pobres. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia

(DEM-RJ), que tinha embarcado na mesma ideia de Bolsonaro sobre a não taxação de energia solar, também já recuou, alertado por economistas do setor privado que são seus conselheiros. Quem se queimou no episódio foi o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, que para atender o chefe deu guarida à ideia de subsidiar a luz dos templos. Era o seu ministério que deveria estar cuidando de acabar com os subsídios cruzados.

A concessão de mais subsídios cruzados nas tarifas seria um atropelo no modelo de modernização do setor elétrico, cujo novo marco está em discussão no Congresso. Os primeiros dias do ano mostraram que não será nada fácil conter os pedidos por benesses que partem dos aliados de Bolsonaro. Se teve que ceder nos R\$ 6 extras de reajuste do salário mínimo, uma medida justa sob todos aspectos, Guedes vai precisar dizer "não" mais vezes. Do contrário, vai perder o discurso da sua agenda liberal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/01/2020

Seção: Política

Autor: Mateus Vargas Julia Lindner / BRASÍLIA

Título: Bolsonaro desiste de subsídio a igrejas

Possibilidade de reduzir a conta de luz de templos religiosos foi mais uma ideia que opôs a ala política à equipe econômica do governo

O presidente Jair Bolsonaro desistiu de conceder subsídio na conta de luz para templos religiosos. O recuo ocorreu após o Estado revelar, na semana passada, que o governo preparava um decreto para adotar a medida, a pedido do próprio presidente, mas enfrentava resistências por parte da equipe econômica. A decisão de Bolsonaro representa uma vitória do ministro da Economia, Paulo Guedes, no cabo de guerra com a ala política do governo. Nos últimos dias, Guedes sofreu algumas derrotas. Defendia, por exemplo, a redução de benefícios concedidos a usuários de energia solar e não queria dar aumento maior para o salário mínimo, que acabou ficando em R\$ 1.045.

Nos dois casos, o ministro foi obrigado a ceder. Agora, no entanto, conseguiu ganhar uma batalha. Após se reunir ontem, no Palácio do Planalto, com o deputado Silas Câmara (Republicanos- AM), coordenador da Frente Parlamentar Evangélica, e com o missionário R.R. Soares, líder da Igreja Internacional da Graça de Deus, Bolsonaro disse que estava suspensa a negociação para a concessão do subsídio aos templos. Na prática, embora o estudo sobre o assunto tratasse de templos de uma forma mais ampla, a articulação tinha como alvo os evangélicos. A bancada formada por fiéis de várias denominações é hoje a maior apoiadora dos projetos do presidente dentro do Congresso.

Bolsonaro chegou a dizer que havia levado muita “pancada” sem nem mesmo ter assinado um decreto sobre o assunto. Afirmou, ainda, que “seria mínimo” o impacto do subsídio na conta de luz dos templos religiosos. “Mas a política da economia é de não ter mais subsídios. Está suspensa qualquer negociação nesse sentido”, avisou ele. “Na outra ponta da linha, quando se fala em subsídio, alguém vai pagar a conta.” Mais cedo, na entrada do Palácio da Alvorada, o presidente já avisara que pretendia acabar com benefícios desse tipo. “O Brasil é o País dos subsídios. Queremos botar um ponto final nisso aí. O nosso caminho é a liberdade econômica e o livre mercado”, insistiu.

Como mostrou o Estado na última sexta-feira, uma minuta de decreto sobre o chamado “dízimo elétrico” foi preparada pelo Ministério de Minas e Energia e enviada à pasta da Economia, por ordem de Bolsonaro. A articulação, porém, provocou atrito no governo, pois a equipe econômica rejeitou a ideia da medida. Auxiliares de Guedes lembraram que atos assim estão na mira do Tribunal de Contas da União (TCU) e desafiam o ajuste fiscal. O TCU considerou que subsídios criados por decreto, sem dotação orçamentária, são inconstitucionais. Popularidade. Com queda de popularidade, Bolsonaro age para se aproximar cada vez mais dos evangélicos, que já são 29% da população brasileira e têm atuado para aprovar projetos de interesse do governo no Congresso Nacional.

Líderes evangélicos ajudaram na campanha do então candidato do PSL, em 2018, e devem apoiar sua provável candidatura à reeleição. Muitos deles também têm coletado assinaturas nas igrejas para a criação do Aliança pelo Brasil, novo partido do presidente. O Estado apurou que o presidente pretendia mesmo assinar o decreto concedendo subsídio na conta de luz para templos religiosos, mas a medida provocou polêmica até entre seus apoiadores. Na semana passada, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, afirmou que o impacto econômico do benefício seria de R\$ 37 milhões. “Não se tratava de isenção, mas, sim, da retirada do horário de ponta a templos religiosos”, disse Silas Câmara ao Estado, em referência ao momento de maior consumo do dia, que se concentra entre o fim da tarde e o início da noite durante dias da semana.

“Nunca houve compromisso de fazer absolutamente nada sobre isso. O que tinha era um estudo e esse estudo provocou esse alvoroço todo. O presidente decide as coisas na medida em que o interesse público e a sua própria equipe acham que é o momento certo.” Nem todos, porém, concordavam com o benefício. O deputado federal Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) – que na semana passada havia classificado como “muito bem-vinda” qualquer ajuda dada pelo governo a templos e a instituições filantrópicas – deu ontem uma estocada em Câmara ao dizer que “a bancada nunca pediu isso (subsídio)” a Bolsonaro.

“Talvez tenha sido um pedido de algum parlamentar ou alguns isoladamente”, afirmou Sóstenes. “Pode criar desgaste (com a bancada) se alguém pediu esse absurdo. Não creio que alguém tenha coragem de pedir subvenção em energia para instituições religiosas”, completou. O vice-líder do governo no Senado, Chico Rodrigues (DEM-RR), foi na mesma linha. “Se é para não gastar energia, que as igrejas façam cultos durante o dia”, disse o senador. / COLABOROU DANIEL WETERMAN

QUEDA DE BRAÇO

- Salário mínimo Equipe econômica resistia a aumentar o salário mínimo, mas o presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem reajuste no mínimo de R\$ 1.039 para R\$ 1.045 a partir de 1º de fevereiro.
- Reajuste de policiais No fim de 2019, Bolsonaro desistiu de dar aumentos às polícias civil e militar do DF após alerta da área econômica do governo – a concessão dos reajustes poderia violar as leis orçamentárias e até a Constituição.
- Taxação de energia solar O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendia a redução de benefícios a usuários de energia solar. Bolsonaro, no entanto, afirmou que não haverá taxa sobre esse tipo de energia.
- Subsídio para igrejas Em outra “disputa interna” no governo, Bolsonaro recuou da ideia de subsidiar a conta de luz de templos religiosos de grande porte. A equipe econômica do governo havia se posicionado contra a proposta.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/01/2020

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Tragédias anunciadas

A julgar pelo último levantamento da Agência Nacional de Águas (ANA) sobre a segurança das barragens, o País não só corre o risco de uma nova tragédia como Mariana ou Brumadinho, como ignora a extensão desse risco e os meios de minimizá-lo. Isso porque a implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) caminha a duras penas. A classificação das barragens está longe de ser completada e, no mais das vezes, a escassa fiscalização opera praticamente às cegas. Por conseguinte, são incipientes os processos de correção das irregularidades. A PNSB foi estabelecida em 2010 para garantir padrões rigorosos de segurança e ampliar o controle público sobre as obras. As barragens enquadradas na PNSB devem elaborar seu Plano de Segurança da Barragem, consolidando dados e protocolos referentes à sua estrutura,

operação e segurança. Definir se uma barragem se submete ou não à PNSB é portanto fundamental para fiscalizar suas condições e eventualmente punir as infrações e cobrar os responsáveis.

O relatório, feito com dados de 2018 – antes portanto da catástrofe de Brumadinho –, reporta que, das 17.604 barragens cadastradas, apenas 7.386 (42%) possuem algum ato de autorização. Em 3% dos casos não se sabe sequer quem é o empreendedor responsável. Até o momento, sabe-se que 4.830 barragens apresentam alguma das características que as enquadra na PNSB e 1.962 estão isentas. Para as demais 10.812 (61%) não há dados para saber se se enquadram ou não. Das que se enquadram, 68% apresentam Dano Potencial Associado alto e 23% apresentam Categoria de Risco alta, e 19% estão classificadas em ambos os padrões. Somente 30% das barragens implantaram o seu Plano de Segurança.

Das 5.086 barragens classificadas na Categoria de Risco alta, 28% o foram por alguma anomalia grave e 26%, por falta de informação. Pelo menos 68 barragens estão em situação “crítica”, ou seja, apresentam vulnerabilidades alarmantes, em geral pelo baixo nível de conservação. Em relação às barragens assim classificadas em 2017, 20 foram retiradas da lista, mas 25 não remediaram suas deficiências graves. Dessas barragens críticas, 60% pertencem a entidades públicas, na maior parte federais ou estaduais. Ou seja, do que se sabe, o maior risco de nova tragédia vem diretamente da negligência do poder público na manutenção de suas instalações.

Segundo a ANA, uma das razões para o pouco progresso na implementação da PNSB é a estrutura dos órgãos fiscalizadores, em geral carentes de recursos humanos e financeiros, o que resulta em um baixo índice anual de fiscalizações. Diante deste cenário, a ANA faz algumas recomendações. Dentre elas, que os fiscalizadores concentrem esforços para definir se as barragens sob sua jurisdição se enquadram ou não na PNSB, refinando seus cadastros e regularizando-as quanto à autorização. Das instâncias decisórias, a ANA reclama medidas que mobilizem um corpo estável para atuar na implementação da PNSB, já que a rotatividade dos técnicos é apontada como um dos complicadores. Além disso, sugere uma rubrica orçamentária específica para segurança de barragens, o que permitiria mais planejamento e controle. Para fortalecer e dinamizar a fiscalização, recomenda-se o estabelecimento de um plano plurianual de fiscalização, e a intensificação de parcerias com instâncias como a Defesa Civil, serviço geológico ou Polícia Militar. Junto a eles, e também aos empreendedores, é preciso harmonizar os Planos de Contingência e de Ação e Emergência.

A ANA aponta a necessidade de estudos a fim de criar uma fonte de recursos para dar sustentabilidade financeira às ações de segurança, em que usuários

beneficiados contribuam com os empreendedores para as ações de operação, manutenção e segurança da barragem. Por fim, é preciso fomentar a cultura da prevenção e não da remediação, promovendo não só junto aos empreendedores, mas à população, a divulgação de informações e protocolos relacionados à segurança.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/01/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Diretor-geral da ANP, a agência do petróleo, renuncia ao cargo

Décio Oddone diz que ciclo se encerrou e que vai esperar anúncio de substituto; notícia é mal recebida no setor

Rio de Janeiro - O diretor-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), Décio Oddone, anunciou nesta quarta-feira (15) que renunciará ao cargo assim que o governo escolher um substituto. Seu mandato venceria em dezembro de 2020.

Em carta endereçada ao presidente Jair Bolsonaro e ao **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, Oddone alegou que considera cumprido seu ciclo no comando da agência e que quer dar ao governo a chance de nomear um diretor-geral antes da substituição de três diretores cujos mandatos vencem em 2020.

A notícia foi mal recebida pelo mercado de petróleo, que considerava positiva a gestão de Oddone, que assumiu o cargo em outubro de 2016, ainda no governo Michel Temer. Nesse período, o Brasil abriu a operação do pré-sal a empresas estrangeiras e retomou os leilões de áreas exploratórias.

“O processo de grandes mudanças no setor, do qual participei com afinco, encerrou-se com os últimos leilões e a identificação das ações necessárias para eliminar as restrições regulatórias e estimular a competição nos setores de abastecimento, de distribuição e revenda de combustíveis”, escreveu.

“Comisso, cumpri amissão assumida em 2016: contribuir com honestidade, transparência e espírito público para o desenvolvimento da maior transformação já produzida no setor de petróleo e gás no Brasil”, completou, repetindo conceito que já vinha frisando em discursos nos últimos meses.

O fim da exclusividade da Petrobras na operação do pré-sal e o relaxamento de exigências de compras no Brasil aqueceram o interesse de petroleiras estrangeiras pelo país. Desde o retorno dos leilões, em 2017, o governo

arrecadou cerca de R\$ 110 bilhões em leilões de áreas para exploração e produção de petróleo no país.

A maior parte desse resultado — R\$ 69,9 bilhões — foi obtida com o megaleilão do pré-sal de novembro de 2019, quando o governo vendeu à Petrobras e sócios chineses duas reservas gigantes descobertas pela própria estatal em áreas concedidas em 2010.

Por outro lado, com apoio a medidas que, na sua opinião, ampliariam a concorrência na venda de combustíveis, Oddone era alvo de críticas nos segmentos de distribuição, tanto de combustíveis automotivos quanto de gás de cozinha — contrários à possibilidade de venda direta de etanol aos postos ou de enchimento parcial de botijões, por exemplo.

Na carta Oddone afirma que “uma nova fase se inicia”, com foco em ajustar a regulação ao novo modelo implantado desde o governo Temer, e diz acreditar que “seja a hora de iniciar o processo de composição da diretoria colegiada”.

“Assim, decidi antecipar o fim do meu mandato, que iria até dezembro, permanecendo ainda no cargo o tempo suficiente para a aprovação do meu substituto”, afirmou. Vencem neste ano também os mandatos dos diretores Aurélio Amaral e Felipe Kury.

O pedido de renúncia se dá em um momento instável para as agências reguladoras do país. No fim de 2019, parlamentares da bancada de Rondônia atacaram diretores e servidores da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) durante discussões sobre reajuste da conta de luz no estado.

Na semana passada, o presidente Bolsonaro iniciou uma campanha contra proposta da mesma Aneel para reduzir subsídios à energia solar, em ação que foi interpretada pelo mercado como interferência na gestão do órgão regulador.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/01/2020

Seção: Mercado

Autor: Arthur Cagliari

Título: Projeto prevê isenção permanente para quem já tem energia solar

Proposta em análise estabelece cobrança de tarifas só a partir de 2022 e apenas para novos investidores

São Paulo - O PL (projeto de lei) que trata de novas regras para a cobrança de tarifas sobre a autoprodução de energia solar, a chamada geração distribuída,

estabelece isenção permanente para quem já colocou ou vai adotar placas fotovoltaicas até o fim de 2021.

“Para quem já tem [as placas], está instalando ou tem parecer de acesso, não muda nada. Para sempre, porque essas pessoas fizeram o contrato quando as regras não previam as tarifas”, afirmou o deputado federal Lafayette de Andrada (Republicanos-MG).

Na proposta, além da manutenção eterna da isenção para quem já possui o sistema, está prevista uma tarifa mais branda do que a proposta pela Aneel em seu relatório em 2019. A ideia é cobrar apenas o serviço da distribuição, que equivale a 28% da tarifa cheia e de forma gradativa.

O relatório da agência de 2019 propunha, além do pagamento da distribuição, a cobrança da transmissão, bem como de encargos e perdas do sistema elétrico, o que representaria 62% da tarifa cheia.

Segundo Andrada, no caso da geração distribuída local (quem tem placa no próprio telhado), a proposta é que o pagamento da tarifa comece a partir de 2022, quando os donos dessas placas pagarão 10% da tarifa da distribuição. De forma escalonada, a cada dois anos, a alíquota crescerá 20 pontos percentuais, chegando a 100% em 2032.

No caso da geração remota (aquela que não é gerada no local do consumo), o deputado afirmou que a proposta é cobrar a tarifa de 100% da distribuição já em 2022.

Também haveria uma transição escalonada para a geração compartilhada (local ou remota), hoje com representatividade irrisória. Nessa, a partir de 2022 a alíquota subiria para 50% da distribuição e, em dez anos, chegaria a 100%.

Quando lhe foi perguntado sobre a não cobrança de encargos, como a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético, onde estão subsídios a programas do governo), o deputado disse que, como a geração distribuída reduz o consumo de energia de fontes mais caras, como a termelétrica, há um barateamento natural na conta que compensa a isenção.

“Quando gero energia solar e a injeto no sistema, ela é diluída para toda a estrutura [de distribuição]. Todo o mundo usa. Se eu faço isso, eu deixo de comprar energia térmica, a carvão, a diesel, que é caríssima, poluidora e suja. Então as pessoas que têm energia solar nas suas casas barateiam a conta para todo o mundo.”

O deputado disse que conversou com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que o aconselhou a esperar algumas semanas para apresentar o PL.

Segundo Andrada, Maia estuda o caminho mais rápido para a tramitação, se por comissão especial ou por regime de urgência.

Pessoas que acompanham o assunto disseram à Folha, em condição de anonimato, que a expectativa é que o projeto seja apresentado ao Congresso já no início de fevereiro. Um empecilho, porém, pode vir com a substituição de Caio Megale por Esteves Colnago na relação do Ministério da Economia com o Congresso.

Colnago é considerado muito alinhado com a proposta do ministro Paulo Guedes de trabalhar pela redução de subsídios. Conforme reportagem publicada na semana passada, a ideia da pasta é reiniciar um trabalho de convencimento com Bolsonaro e líderes do Congresso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/01/2020

Seção: Mercado

Autor: Gustavo Uribe

Título: Bolsonaro desiste de subsidiar conta de luz de igreja

Brasília - Após ter causado polêmica, Jair Bolsonaro informou que está suspensa a negociação em torno da concessão de subsídio na conta de luz para templos religiosos.

O presidente se reuniu nesta quarta (15), no Planalto, com o líder da bancada evangélica, deputado federal Silas Câmara (Republicanos-AM), e com o missionário R.R. Soares, da Igreja Internacional da Graça de Deus, para tratar o tema.

No encontro, ele informou sobre as dificuldades de implementar a iniciativa, em especial a resistência da equipe econômica. Na sequência, o presidente teve uma reunião no **Ministério de Minas e Energia** que, desde a semana passada, avaliava o assunto.

“Tem um impacto mínimo na ponta da linha, mas a política da economia é de não ter mais subsídios. Falei com eles que está suspensa qualquer negociação nesse sentido.”

O argumento da bancada evangélica é que as cerimônias religiosas são realizadas à noite, em horário de pico no consumo de energia, e, por isso, merecem um subsídio para que não paguem bandeira vermelha.

A possibilidade, contudo, foi bastante criticada por eleitores do presidente nas redes sociais. Na terça-feira (14), Bolsonaro chegou a reclamar de que estava levando “pancada” e que não havia tomado decisão sobre o assunto.

“Não tem [mais] negociação nesse sentido. Essa é uma decisão minha, é um decreto meu. Logicamente, peço pareceres da Economia e da Minas e Energia”, disse. “Está suspensa qualquer negociação nesse sentido.”

Mais cedo, na entrada do Palácio da Alvorada, o presidente chegou a dizer que pretende colocar um ponto final na oferta de subsídio no país.

Segundo ele, 4% do PIB vai para ajudas a setores da economia. “O Brasil é o país dos subsídios. A gente pretende sinalizar e queremos botar um ponto final nisso aí”, afirmou. “Nosso caminho é a liberdade econômica e livre mercado.” O lobby das igrejas tem garantido decisões no governo federal que desafiam as políticas de ajuste fiscal do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Em meio à tentativa de reequilibrar as contas públicas, a equipe econômica se vê obrigada a analisar diferentes demandas de líderes religiosos que vão na direção contrária do planejado.

Bolsonaro se elegeu com forte apoio de grupos religiosos, em especial a bancada evangélica, à qual tem dedicado boa parte de sua agenda. São freqüentes encontros do presidente no Planalto e em compromissos externos com líderes evangélicos, mas eles não são os únicos.

Recentemente, chegou ao Ministério da Economia um pedido sobre a possibilidade de igrejas que usam terrenos da Marinha não pagarem à União uma taxa pelo uso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/01/2020

Seção: Ciência

Autor: Cláudia Collucci

Título: Brasil, enfim, inaugura nova base na Antártida

Prevista para terça-feira, reabertura da Estação Comandante Ferraz foi adiada para esta quarta (15) devido ao mau tempo

Antártida Sob lima temperatura de -3°C e debaixo de neve, a nova base científica brasileira na Antártida foi, enfim, oficialmente inaugurada na noite

desta quarta-feira (15), oito anos após o incêndio que a destruiu e deixou dois mortos e três anos depois do início das obras de reconstrução.

A cerimônia, que ocorreu um dia depois da data prevista porque os aviões com as autoridades não conseguiram pousar por falta de visibilidade, contou com a presença de 70 convidados, entre eles o vice-presidente Hamilton Mourão e os ministros Marcos Pontes (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) e Fernando Azevedo e Süva (Defesa).

Para chegar à base, Mourão, os ministros e outros convidados saíram de Punta Arenas, no Chile, em um avião da FAB e pousaram no aeroporto da base antártica chilena, o mais próximo da base brasileira.

Um helicóptero com Mourão e os ministros decolou por volta das 15h em direção à Estação Comandante Ferraz, mas teve que retornar em seguida por conta da pouca visibilidade. Ele seguiram a viagem de navio por três horas, sob neve.

Do navio, os convidados foram transportados de helicóptero até o local da cerimônia. A estrutura montada tinha mais de 15 toneladas de material, que foi trazido por dois navios da Marinha e um avião da FAB.

A empresa V3A, responsável pelo evento e contratada pela empresa chinesa que executou a obra, não informou o valor gasto na cerimônia de inauguração. Alegou cláusulas de confidencialidade do contrato.

Nos últimos dias, o governo Bolsonaro vem tentando assumir a paternidade da obra. “Um grande projeto do governo Jair Bolsonaro”, tuitou Marcos Pontes na segunda-feira (13). A reconstrução teve 90% do investimento, de quase US\$ 100 milhões, vindos dos governos de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB) — tanto que a inauguração chegou a ser prevista para março de 2019.

Só R\$ 2 milhões na compra de equipamentos para os laboratórios vieram do atual governo, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O projeto de engenharia foi desenvolvido para reduzir os impactos ambientais. Cerca de um terço da energia consumida vem de fontes renováveis produzida por placas solares e por uma mini usina eólica instalada no local.

Durante a cerimônia, o primeiro tenente da Polícia Militar da Bahia Vinícius Figueiredo e a cabo da Marinha Aline Santos foram homenageados. Eles são filhos dos dois miliares mortos no incêndio de 2012, o suboficial Carlos Alberto Figueiredo e o primeiro-sargento Roberto Lopes dos Santos.

Durante a cerimônia, o primeiro tenente da Polícia Militar da Bahia Vinícius Figueiredo e a cabo da Marinha Aline Santos foram homenageados. Eles são

filhos dos dois miliares mortos no incêndio de 2012, o suboficial Carlos Alberto Figueiredo e o primeiro-sargento Roberto Lopes dos Santos.

A base só estará funcionando plenamente nos próximos três meses, quando terminará a fase de testes e treinamento do grupo que vai operar a estação. Ainda há vários ajustes a serem feitos, como a temperatura dos laboratórios.

A nova estação conta com muito mais recursos tecnológicos que a anterior. Tem, por exemplo uma central inteligente que controla as quatro zonas do edifício, cada uma com seus próprios sistemas de alarmes contra incêndio.

Em todas as unidades também foram instalados sensores de fumaça e portas corta-fogo. Nas salas de máquinas e geradores, as paredes são feitas de material que suporta chamas por até duas horas.

O projeto de engenharia foi desenvolvido para reduzir os impactos ambientais. Cerca de um terço da energia consumida vem de fontes renováveis produzida por placas solares e por uma mini usina eólica instalada no local.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/01/2020

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA E RAMONA ORDONEZ

Título: Diretor-geral da ANP pede em carta para deixar cargo

Para Décio Oddone, após rodadas de leilões de petróleo, é hora de mudanças na agência

Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) desde 2016, enviou carta ao presidente Jair Bolsonaro e ao **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, anunciando a antecipação do fim de seu mandato, que iria até dezembro.

Na carta, Oddone destacou que nunca pertenceu a qualquer grupo ou contou com padrinho político. “E sempre acreditei que um cargo público só deve ser exercido enquanto a missão a ele associada esteja por ser cumprida”.

Oddone, ex-funcionário da Petrobras, afirmou que o setor de petróleo vem passando por mudanças, com a criação do calendário de leilões, permitindo a retomada de investimentos no setor de óleo e gás. “O conjunto de leilões representou um marco para a retomada da indústria, que muda definitivamente de patamar. Com medidas como as rodadas, a oferta permanente, o estímulo à venda dos campos maduros e os estudos para o aproveitamento dos recursos

além das 200 milhas, o Brasil voltou ao cenário internacional do petróleo. E retornou em grande estilo”, afirmou.

Ele disse ainda que todo esse processo de mudanças no setor “encerrou-se com os últimos leilões e a identificação das ações necessárias para eliminar as restrições regulatórias e estimular a competição nos setores de abastecimento, de distribuição e revenda de combustíveis automotivos e de aviação, de gás de cozinha e de gás natural”.

O diretor geral da ANP avalia que é hora de “iniciar o processo de composição da diretoria colegiada que deverá aprovar as alterações regulatórias que vão sustentar as transformações que começamos a construir”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Décio Oddone

Título: O Brasil e as crises do petróleo

Durante décadas, o Brasil dependeu de petróleo importado. As crises dos anos 70 resultaram na década perdida dos 80. Desde então, esse fantasma sempre esteve presente. Em 2018 um aumento nos preços contribuiu para uma greve que paralisou o país. Em setembro, o ataque com drones a instalações na Arábia Saudita provocou inquietação. A crise EUA-Irã traz as incertezas de volta. Há aumento da instabilidade e do risco de ações terroristas, possibilidade de um conflito mais aberto e longo e implicações para o mercado de petróleo.

No ataque de setembro, os preços subiram, mas logo retrocederam. Ficou a sensação de aumento do risco, que se materializou agora. Mais uma vez houve um impacto inicial, mas limitado, nos preços.

No entanto, a situação agora é distinta. A partir dos anos 70, problemas no Oriente Médio criaram choques no preço e crises econômicas. Se considerava que o petróleo era um bem finito e que haveria um pico de produção, a partir do qual o preço tenderia a subir. No entanto, desde a revolução do shale nos EUA, houve um choque de oferta. O país, que importava mais de 10 milhões de barris por dia, passou a exportar. Outros, como o Brasil, estão aumentando a produção. A oferta de gás natural em países politicamente estáveis como os EUA e a Austrália cresceu.

A diversificação das fontes e a maior segurança no suprimento mudaram a geopolítica do petróleo. A dependência do Oriente Médio e o interesse americano pela região caíram. Entrou-se na era do “fim do petróleo caro”, pois

se os preços subirem muito, a produção pode reagir rapidamente, decretando que choques de preço tendem a ter vida curta.

Além das mudanças na oferta, também houve transformações na demanda. A transição energética e o crescimento das fontes renováveis começam a colocar no horizonte visível o pico de demanda por petróleo. Assim, se passou de um cenário de pico de produção para um de pico de demanda.

Ultimamente, conflagrações têm produzido volatilidade, não altas desenfreadas dos preços. Para que haja um choque de efeito mais prolongado, é preciso que o conflito se aprofunde e perdure, com reflexos na produção na região e no fluxo de petróleo pelo Estreito de Ormuz. Mas esse não parece ser o cenário mais plausível. Por isso, o mais provável é que essa crise produza mais volatilidade, com impacto limitado no preço.

Mas não foi só no mundo que esse mercado mudou. No Brasil a transformação foi ainda mais profunda. O país agora é autos-suficiente e exporta mais de 1,1 milhão de

barris por dia. Em dez anos deve se tornar um dos cinco maiores produtores e exportadores. A balança comercial do setor, deficitária por décadas, passou a ser positiva. A renda do petróleo vai se multiplicar. Era de cerca de R\$ 50 bilhões em 2018. Pode superar R\$ 300 bilhões em 2030.

Altas nos preços dos derivados impactam a atividade econômica e o consumidor. Todavia, aumentos no petróleo produzirão receitas capazes de compensar potenciais reajustes nos preços do diesel, da gasolina e do gás de cozinha, se a decisão fosse usar esses recursos para mitigar impactos ao consumidor. Ao longo da década, com a produção crescendo mais que o consumo, essa diferença vai se acentuar. Resta saber se, em tempos de transição energética e de busca de competitividade, estimular o consumo de combustíveis fósseis, dando sinais de preço equivocados ao mercado, seria o melhor destino para esses ingressos extraordinários. A relação da economia brasileira com o petróleo mudou, para melhor. É preciso que as estratégias nacionais reflitam essa nova realidade.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/01/2020

Seção: Economia

Autor: DANIEL GULLINO E MANOEL VENTURA

Título: Bolsonaro diz que conta de luz de igreja não terá subsídio

Presidente afirma que medida é contrária à política do Ministério da Economia. Proposta previa pagamento de tarifa normal até em horário de maior consumo

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que estão encerradas as discussões sobre um possível subsídio nas contas de luz de templos religiosos. Bolsonaro relatou que o líder da Frente Parlamentar Evangélica, Silas Câmara (Republicanos-AM), apresentou a proposta durante reunião no Palácio do Planalto na manhã de ontem, que também contou com a presença do pastor R. R. Soares, mas disse que comunicou a eles que a ideia não terá andamento.

Segundo Bolsonaro, o impacto seria “mínimo”, mas a proposta seria contrária à política do Ministério da Economia de não conceder mais subsídios.

—Conversei hoje com o Silas Câmara sobre isso, trouxe a proposta dele, estava o R.R. Soares também. O impacto seria mínimo na ponta da linha, mas a política da Economia é não ter mais subsídios. Falei com eles que está suspensa qualquer negociação nesse sentido — disse Bolsonaro, na saída de uma reunião no Ministério da Defesa.

O presidente admitiu ter pedido a elaboração de um parecer sobre a proposta, mas afirmou que foi apenas para avaliar os “prós e contras” e ressaltou que a decisão final é sua.

—Não tem negociação nesse sentido. É uma decisão minha, um decreto meu. Eu, logicamente, pego pareceres, no caso aqui, das Minas e Energia, na Fazenda. E é fácil fazer um parecer contra e a favor. Às vezes, agente pede, realmente, um parecer, onde conste aí uns prós e contras, para eu decidir.

O Ministério de Minas e Energia produziu minuta de decreto sobre o tema. O documento estava em análise pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, que se posicionou contra a medida. O decreto estabelecia que os templos passariam a pagar tarifas no horário de ponta, quando o consumo é maior, com o mesmo valor daquela cobrada durante o dia, em que há um custo menor.

CUSTO DE R\$ 30 MILHÕES POR ANO

Pelas regras do setor, as distribuidoras estabelecem seus horários de pico, que dura três horas consecutivas. Nesse período, a taxa pode ficar até 300% mais cara. É nos horários de ponta, entre o fim da tarde e início da noite, que costumam se concentrar os cultos de igrejas evangélicas. A medida seria aplicada a todos os templos, independentemente da religião.

A equipe econômica nos bastidores, se posicionou contrariamente ao decreto. A proposta vai de encontro à política do ministro Paulo Guedes, de eliminar os subsídios na economia. De acordo com informações do Ministério de Minas e Energia, o custo da medida seria em torno de R\$ 30 milhões por ano.

Esse valor seria pago pelos demais consumidores, por meio de suas contas de luz. Neste ano, o montante de subsídios pagos pelos consumidores no setor elétrico irá atingir R\$ 20 bilhões. O dinheiro é usado, por exemplo, para descontos da energia na zona rural, para descontos a consumidores de baixa renda, e para bancar a geração de eletricidade em regiões isoladas do país. O Tribunal de Contas da União (TCU) já considerou irregular o pagamento de subsídios nas contas de luz para atividades que não têm relação com o setor.

Em dezembro, o plenário do Senado já havia aprovado projeto que permite a isenção de templos de qualquer culto e entidades beneficentes de assistência social do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) até o fim de 2032. Pela legislação em vigor, o benefício fiscal para essas entidades havia sido extinto em dezembro do ano passado, por falta de previsão expressa.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Com a faca e o queijo

Bolsonaro terá este ano a chance de indicar ao Senado nada menos do que 22 diretores de agências reguladoras, que exercem um papel importante na economia. Só no caso da Agência Nacional do Petróleo, são três, inclusive o posto ocupado por Décio Oddo-ne, cujo mandato terminaria em dezembro, mas que, ontem, resolveu se antecipar. Aliás, o estoque dos grandes leilões do pré-sal, ocorridos com Décio nos governos Temer e Bolsonaro, chegou ao fim. Não há nenhum grande campo no horizonte.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 16/01/2020

Seção: Política

Autor: Bernardo Bittar e Simone Kafruni

Título: Mesmo sem subsídio, evangélicos negam mal-estar

Líderes religiosos e representantes de classe no Congresso garantem que o recuo do governo na intenção de subsidiar energia elétrica para igrejas não abalou o relacionamento deles com o presidente Jair Bolsonaro. Os evangélicos, principalmente, são aliados de primeira hora do chefe do Executivo e dizem que manterão o apoio. Embora tenha vetado desconto nas contas de luz dos templos, Bolsonaro sancionou, em dezembro, a lei que permite a prorrogação por até 15 anos da isenção do pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de

Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) para igrejas e entidades beneficentes.

Após longas reuniões e estudos que não se concretizaram, a polêmica sobre o subsídio para os templos religiosos nas faturas de energia elétrica foi encerrada ontem. Ao deixar o Ministério de Minas e Energia (MME), Bolsonaro reconheceu que o decreto era dele, mas que decidiu recuar após conversar com ministros. “O impacto (do benefício para as igrejas) seria mínimo, mas a política do Ministério da Economia é não ter mais subsídios, então, está suspensa qualquer negociação nesse sentido”, justificou. “Era intenção minha, decreto meu, mas pedi pareceres do MME e da Economia, em que os ministros apontaram os prós e contras, para eu decidir. Quando se fala em subsídio, alguém vai pagar a conta, então está suspenso”, reforçou.

O bispo Robson Rodovalho, ex-deputado federal, criador da Igreja Sara Nossa Terra e apoiador de Bolsonaro na campanha presidencial, disse que existem pressupostos na Constituição que garantem isenção aos espaços de fé, mas negou tratamento privilegiado. “Eu não estudei a natureza do que foi proposto. Se for algum tipo de benefício, então o presidente está certo em não dar. Não seria justo.”

O especialista em história do cristianismo e professor do Departamento de História da Faculdade União Pioneira da Integração Social (Upis) de Brasília Sérgio Coutinho afirmou que durante o governo Lula algo semelhante foi feito para os católicos, com acordos e isenções para escolas e hospitais mantidos pela religião. “Parece-me natural que o presidente Bolsonaro, mais ligado aos evangélicos, tenha buscado soluções para os evangélicos. Até, talvez, para fortalecer esse novo partido que se vem tentando construir”, emendou, numa referência ao Aliança pelo Brasil, que o chefe do Executivo tenta criar.

Coordenador da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso, o deputado Silas Câmara (Republicanos-AM) ressaltou que “nunca houve compromisso do presidente em fazer qualquer decreto para eximir os templos religiosos do pagamento da tarifa elétrica”. Havia, sim, uma ideia a ser discutida, destacou. O parlamentar garantiu não ter havido qualquer negociação nesse sentido, justamente porque o governo sancionou, em dezembro, o PLC. “Só com isso, nossa conta de energia elétrica baixou 30%”, contou.

O projeto que a equipe econômica de Bolsonaro analisava tratava da possibilidade de acabar com a tarifa discricionária das empresas de energia elétrica que podem multiplicar o valor da eletricidade em até quatro vezes, das 18h às 23h, o chamado “horário de ponta”. “Isso realmente beneficiaria as igrejas, porque é a hora em que elas funcionam, mas o Brasil tem tantos desafios que esse é um problema menor”, minimizou Silas Câmara. Para o

coordenador da bancada evangélica, “não houve nenhuma rusga no relacionamento do presidente com os religiosos”.

Críticas

Entre os evangélicos, por sinal, já tinham sido feitas críticas a Bolsonaro por conta da ideia de conceder o subsídio. O pastor André Mello, associado ao Livres — movimento liberal nascido no PSL, mas que rompeu com o partido depois da filiação de Bolsonaro, em 2018 — argumentou que esse incentivo fere o princípio da igualdade e também a “lei de Deus”. Ele destacou que, ao entregar um “agrado” aos religiosos, o benefício penaliza os consumidores pagadores de impostos. “É um pecado sem tamanho”, declarou, em artigo publicado pelo Livres.

O pastor da Igreja Presbiteriana da Aliança do Rio de Janeiro afirmou, ainda, que “a proposta inexecutável e indefensável de promover algum tipo de isenção, imunidade ou benefício (seja qual for a forma) aos templos religiosos” viola o princípio da igualdade perante a lei, que, na opinião dele, deve valer para todo tipo de associação e está de acordo com os princípios pregados pela Bíblia, a “lei de Deus”. “Nos Evangelhos e epístolas não há nenhum tipo de brecha para as imunidades e incentivos governamentais às igrejas”, salientou. Ele tachou de “diabólica” a ideia de separar pessoas ou credos ao beneficiar uma religião em detrimento de outras.

Benefícios

Pelo Projeto de Lei Complementar (PLC) 55/2019, as igrejas, além de não pagarem impostos sobre aluguel de imóveis, bens em nome da entidade e serviços prestados, deixaram de ser tributadas ao fazer reformas, por exemplo. Todo o material adquirido e o serviço contratado pelas organizações se tornaram isentos de impostos.

"Eu não estudei a natureza do que foi proposto. Se for algum tipo de benefício, então o presidente está certo em não dar. Não seria justo"

Bispo Robson Rodovalho, criador da Igreja Sara Nossa Terra

5 milhões

Quantidade de votos que evangélicos dizem ter conseguido para Bolsonaro em 2018, segundo a Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil (Concepab)

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 16/01/2020****Seção: Política****Autor: Simone Kafruni****Título: Bolsonaro: Não haverá taxação da energia solar**

A justificativa do presidente Jair Bolsonaro de desistir na concessão de subsídio às contas de energia elétrica das igrejas não se estende aos demais benefícios do setor elétrico. Ele reconheceu, ontem, que “quando se fala em subsídio, alguém vai pagar a conta”, mas negou que o que tem chamado de “taxação do Sol” seja um incentivo. “Não tem subsídio, isso é uma coisa muito mal-explicada”, frisou, ao deixar reunião no Ministério de Minas e Energia.

O presidente reafirmou que não pretende tirar esse benefício. “Não vai ter taxação”, reiterou. “Conversei com Maia (Rodrigo Maia, presidente da Câmara) e com o Alcolumbre (Davi Alcolumbre, presidente do Senado). Há boa vontade, então está decidido”, cravou.

Bolsonaro explicou que quem tiver uma fazenda com produção de até 5 megawatts (MW), com capacidade de atender a 12 mil pessoas, também não será taxado, desde que tenha seus próprios meios para transportar energia. “Se tiver de usar os meios que existem aí, vai ter de negociar com os donos”, ressaltou, referindo-se às distribuidoras de energia elétrica, responsáveis pelas redes. A questão é que somente as concessionárias de energia fazem distribuição de eletricidade.

“Quem tem placas fotovoltaicas na sua casa não precisa se preocupar com isso. Quem produz e tem seus próprios meios de transmitir energia também não precisa se preocupar. Agora, só terá alguma taxação aquele que, porventura, tenha uma fazenda solar e queira vender energia usando meios físicos de terceiros”, assinalou.

Questionado sobre como o governo pretende equacionar que o incentivo não recaia na tarifa de energia dos demais consumidores, já que a maioria não produz energia, Bolsonaro passou a palavra para **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**. “Os contratos que existem vão ser honrados. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), na Resolução 482, em 2015, já mencionava que esse incentivo seria por 25 anos. Isso será respeitado”, destacou Albuquerque. “Vamos trabalhar com o Congresso Nacional, como já estamos trabalhando, para que haja uma transição no período que vai até 2040 para que todos os consumidores sejam beneficiados.” (SK)

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 16/01/2020**Seção:** Economia**Autor:** Simone Kafruni e Rodolfo Costa**Título:** Combustível pode ter venda direta

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que o governo tem várias propostas para diminuir o preço dos combustíveis para o consumidor. “Uma delas é a questão do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que é cobrado na ponta da linha. O combustível baixou 3% (nas refinarias) e o preço não cai na bomba. Pelo que tudo indica, o ICMS deve incidir no preço na refinaria e não na bomba. Caso contrário, quando há redução na refinaria não cai na ponta”, avaliou. Outra ideia é permitir a venda direta dos produtores e importadores de combustível para os postos de revenda.

Desde o início do conflito entre Estados Unidos e Irã, no Oriente Médio, Bolsonaro se reúne quase que semanalmente com o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, para discutir medidas capazes de mitigar eventuais impactos sobre os combustíveis. Ele disse que também tem conversado sobre o assunto com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

No caso da venda direta dos produtores aos postos, há iniciativas no Congresso, como o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 978/18, de autoria do senador Otto Alencar (PSD-BA). A redação anula um artigo da Resolução nº 43/09 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) que veda a comercialização de etanol diretamente entre os postos de combustíveis e as usinas.

Mas essa não é a única pauta que Bolsonaro se mostra interessado em votar. “Não é apenas a venda direta de etanol para o posto de combustível, é de outros derivados também. Nós importamos óleo diesel, gasolina. Por que não ir do porto direto para o posto de gasolina? Isso depende de decisão da ANP, e o Congresso tem poder para revogar essas decisões”, afirmou, após mais uma reunião com o ministro de Minas e Energia

Tributação

Bolsonaro disse que não quer apresentar um “pacotão para o Congresso, mas, no que depender do parlamento, está sendo negociada qualquer proposta, como essa do ICMS”. “Falta conversar com a Economia, (o ministério) entendendo que é positivo, é coisa simples”, ressaltou. Como o tributo é de

competência dos estados, uma eventual mudança na tributação depende também de entendimento com os governadores. “Hoje, o ICMS cai em cima do preço final (na bomba) — sobre R\$ 5, em média 30%, ou seja R\$ 1,50. Na refinaria é R\$ 2 o litro, então cobraria 75% de ICMS para equilibrar”, calculou.

Bolsonaro enfatizou que a responsabilidade no preço final dos combustíveis não é só do governo federal. “Nós temos (como tributos) PIS, Cofins e Cide, mas os governadores também têm que ter parcela de responsabilidade. Isso é o que estamos buscando. Algumas coisas estão para nascer, mas dependem do parlamento. Outras, das agências”, destacou, referindo-se às agências de Energia Elétrica (Aneel) e do Petróleo (ANP). “Não pode é continuar como está. Sem tomar providência e o combustível bastante caro para o consumidor.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 16/01/2020

Seção: Opinião

Autor: Claudio J.D. Sales e Richard L Hochstetler / Integrantes do Instituto Acende Brasil

Título: Taxar o Sol ou os mais pobres?

A geração solar não deve ser taxada, mas, ao contrário do que alguns andam dizendo, não é disso que se trata. A energia elétrica é demasiadamente onerada por tributos e encargos (50% da tarifa) e taxar a geração solar — seja na forma centralizada (grandes parques solares), seja na forma de Geração Distribuída (placas solares instaladas pelos próprios consumidores) — seria um contrassenso, porque essa fonte é atraente ambiental e economicamente.

Além disso, a geração solar é especialmente propícia para a geração distribuída, pois sua instalação e operação são simples, a tecnologia é modular (podendo ser dimensionada de acordo com as necessidades do cliente) e a manutenção requerida é mínima. Assim, pode-se produzir energia nos centros de consumo reduzindo a necessidade de investimentos nas redes de transmissão e distribuição e diminuindo as perdas no transporte da energia.

Mas a geração solar tem uma característica desafiadora: sua produção é determinada pela incidência do Sol, resultando na produção superior às necessidades do consumidor em determinados momentos do dia e insuficiente em outros. Portanto, a compatibilização da geração solar ao consumo exige a instalação de um custoso sistema de baterias, o que inviabilizaria esta

alternativa.

Foi para superar essa barreira que a Aneel introduziu o Sistema de Compensação de Energia no ano de 2012 (Resolução 482). Essa regulamentação previa que o excedente produzido pelas placas solares do consumidor, em um dado momento, fosse recebido pela distribuidora (para ser destinado a outros consumidores) e compensado, sem custo adicional, por energia fornecida pela distribuidora em outros momentos, quando sua autoprodução é insuficiente.

Em uma análise superficial, o sistema acima parece simples e justo, pois seria uma mera permuta de energia. Mas as aparências enganam, pois o Sistema de Compensação de Energia embute vários subsídios implícitos — pagos pelos consumidores que não têm placas solares — que beneficiam consumidores com placas solares.

Em primeiro lugar, a energia gerada e não usada pelos consumidores com placas é injetada na rede da distribuidora, mas não tem o mesmo valor que a energia que eles recebem nos horários de maior demanda. O valor para os consumidores e o custo de fornecer energia nos diferentes horários são bem diferentes.

Em segundo lugar, a tarifa de energia não cobre apenas os custos de geração de energia: nossa conta de luz também cobre os custos de transmissão, de distribuição, de encargos e — o que geralmente é esquecido — o custo da confiabilidade do fornecimento. Para ser justa, a compensação deveria ocorrer somente sobre a parcela que cobre os custos de geração da energia, e não compensar a tarifa completa, como acontece no sistema atual. Foi com esses subsídios implícitos que a geração solar distribuída decolou — foram instalados cerca de 1.700 megawatts de Geração Distribuída no Brasil, e novas instalações surgem em ritmo exponencial.

É por isso que faz sentido reduzir os subsídios do Sistema de Compensação de Energia. Essa é a proposta que está sendo debatida na Aneel, mas que vem sendo repercutida de forma enganosa em outras arenas, quando a redução de um subsídio é maliciosamente apresentada como a criação de uma taxa. O sol nunca foi nem se propõe que seja taxado.

Não se deseja barrar o crescimento da geração distribuída, muito menos da geração solar, que está entre as fontes mais competitivas. Busca-se apenas reduzir os incentivos custosos para novas instalações, assegurando a expansão da geração solar distribuída em bases mais sustentáveis. Se continuar do modo que está, os consumidores sem placas solares pagarão 55 bilhões de reais a mais na tarifa de energia entre 2020 e 2035, o que não faz o menor sentido. Digamos “sim” para a geração solar distribuída, mas sem “taxar” nem o Sol nem os demais consumidores – a começar pelos mais pobres – que não têm condições de instalar a geração solar.

MME / ASCOM .